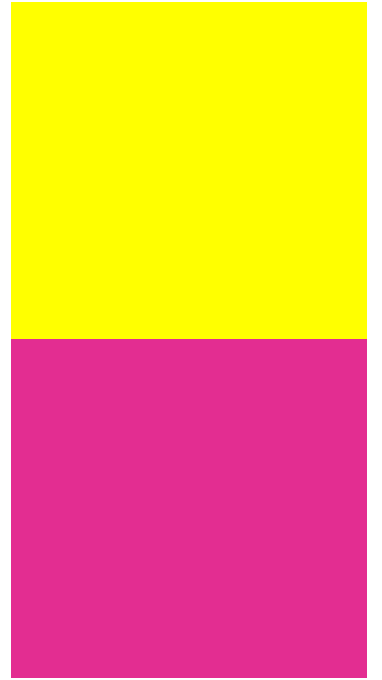



# Filosofia das máquinas de guerra: modos de usar os possíveis

Murilo Duarte Costa Corrêa

*Professor Adjunto de Teoria Política (UEPG). Doutor (USP),  
Mestre (UFSC) em Filosofia e Teoria Geral do Direito.*





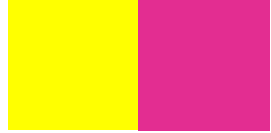
1. *Uma filosofia obsoleta.* – Talvez alguém nos diga, e com toda razão, que uma filosofia *black bloc* de pouco ou de nada serve. 2020 não é 2013. O *black bloc*, ressalvadas algumas encarnações tão velozes quanto furiosas, nunca mais apareceu como um evento consistente no cenário político brasileiro recente. E todo esse ruidoso silêncio ao redor da catástrofe talvez seja o sinal de que uma filosofia *black bloc* é uma proposta tão descolada da realidade quanto a tática da qual ela deriva. Algo que nosso tempo, essencialmente, não reclama.

Esse mesmo alguém nos diria, ainda, que os governos que sucederam a segunda passagem de Dilma Rousseff pelo Planalto aceleraram a matriz neoliberal de governo de forma exponencial, e que a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, na coalizão entre mercado financeiro, militares, milícias e os nearcaísmos sociais (religião, família, setores neoextrativistas, antivacinas, terraplanistas, civis-militaristas, *QAnons* e quetais), formalizou a derrota cabal de todo o espectro progressista no Brasil. Agora, todos sabem, “*Sexy mesmo é ser de direita*”.

Em 2013, não enfrentávamos o Coronavírus, o avanço do desemprego que ele criou, ou os efeitos de ultraprecarização, miséria e expansão dos controles tecnopolíticos que o acompanharam. Um dólar podia ser comprado por dois reais e trinta e cinco centavos; cinco quilos de arroz, a um quinto do preço corrente, e menos de 600 mil investidores pessoas físicas mantinham recursos na Bolsa de Valores brasileira – dado curioso, em outubro de 2020 este número ultrapassava os 3 milhões de CPFs (B3, 2020), indicando que as poupanças, no Brasil, finalmente sucumbiram à finança.

Junho foi o evento em que os movimentos sonharam – notem que distopia! – com o *passe livre*. Uma demanda que, hoje, parece ter perdido todo o fôlego e o sentido. Ninguém mais quer andar de ônibus. Queremos andar de *Uber*! E ao lado da *Uber*, surge uma série de outras companhias *asset-light* (Haskel; Westlake, 2018) e de plataformas com tendências monopolistas (*Google, Amazon, Facebook, Netflix, Airbnb, Ifood* etc.) com capacidades informacional e logística para colonizar capitalisticamente os modelos de economias de compartilhamento (Srniczek, 2017).

Enquanto isso, os sociólogos do trabalho ocupam-se dos exércitos de precários, empreendedores de si, cujos trabalhos garantidos (Guattari; Negri, 2017) foram extintos por razões conjunturais ou estruturais, e subsumidos a um sistema de distribuição de renda neofeudal e algorítmico. A horizontalidade, a descentralização, a garantia de acesso




virtualmente universal em regime 24/7 a bens de consumo, de uso e de serviços (Crary, 2016), são as derivadas de uma economia do compartilhamento que vai sendo integralmente colonizada pelo capitalismo de plataforma, baseado na extração intensiva da circulação biopolítica.

A economia mobilizada por essas plataformas não apenas passa a englobar eventos comportamentais de indivíduos, extraindo e aprendendo seus movimentos em profundidade (*deep machine learning*) para programar algoritmos comportamentais e preditivos – isto é, algoritmos que são capazes de registrar, interpretar, prever e dirigir nossos comportamentos futuros (Morozov, 2018). Ela interioriza a virtualidade e governa a potência do vivo, a cooperação entre cérebros (Lazzarato, 2018), corpos e infraestruturas materiais e logísticas. Ela também se encarrega de intermediar o *welfare* que seus serviços promovem gratuitamente, ou abaixo do preço de custo, de forma automatizada, com disponibilidade virtualmente universal e de modo altamente eficiente (Morozov, 2019).

Isso implica uma capacidade logística sem precedentes para extrair e fazer circular dados e renda, interpretá-los, associá-los, projetar perfis de consumo, prever ações e comportamentos, dirigi-los e, no limite, convertê-los e reconvertê-los em finança. As plataformas não são apenas o intermediário entre um bem, ou um serviço, e seu usuário; elas se apresentam como *os fatores de mobilização* da infraestrutura informacionais, materiais, logísticas e financeiras que formalizam esses papéis socioeconômicos, e que fazem a mediação entre o bem de capital ou o serviço disponibilizado por um usuário e o uso regulado e remunerado por outro. Isto é, são o meio de agência, e de conversão, entre os aspectos concreto e abstrato das relações que estabilizam.

Para tanto, as plataformas organizam as relações sob a forma de uma economia política do uso e de usuários. Nelas, as plataformas funcionam como as interfaces que agenciam séries de conexões em paralelo, bem como podem vir a ser as “possuidoras monopolistas” das próprias estruturas de circulação sob formas de ativação *just-in-time*. É assim que se consegue operar as duas pontas da economia (o capital e a renda) gerando uma *mais-valia de fluxo*, sem ter de ser necessariamente a proprietária de nada.

O *Airbnb*, por exemplo, é mais do que um *pool* virtual para a locação de imóveis de temporada. Ele é um operador logístico e financeiro que promove o encontro de dois fluxos financeiros para produzir um terceiro, por agenciamento: (1) o fluxo de renda efetivo do usuário-locatário, que paga em moeda pelo uso de um imóvel; (2) o fluxo de



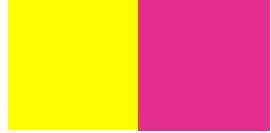
renda potencial do ativo imobilizado do usuário-locador, que regula monetariamente seu uso; (3) o fluxo financeiro virtual gerado pela composição interativa entre os dois fluxos precedentes. O fluxo financeiro que plataformas como o *Airbnb* originam é um produto do encontro de duas rendas (uma efetiva, outra potencial; a ser ativada *just-in-time*) de usuários em torno do uso temporário e regulado de um ativo, que pode ser um bem, um serviço ou um microtrabalho.

Tecido pelo fluxos abstratos em que renda e finança, propriedades, mercadorias, serviços e usos se recombinaem através da mediação remunerada de plataformas algorítmicas, o campo social é, hoje, tanto o *locus* de extração e valorização de dados comportamentais que dão forma aos algoritmos das plataformas, quanto o conjunto complexo de serviços e relações sociais economicamente agenciáveis por infraestruturas logístico-informacionais.

Nesse contexto, a cidade deixa de ser um mero espaço urbano ou político (Morozov, 2019), e passa a ser uma *plataforma de plataformas*: uma infraestrutura territorial que funciona como suporte em que fluem complexos de relações e serviços organizados em rede, destinados a promover a circulação do *bem-estar* (habitação, alimentação, acesso a bens de consumo no varejo, transporte e deslocamento, educação, saúde, segurança, experiências gastronômicas etc.). E o acesso e o uso desse leque de usos possíveis do território da metrópole, e das relações que se produzem pelo corpo biopolítico coletivo que percorre a cidade, tendem a ser regulados e administrados por plataformas, com ou sem parcerias com instituições de Estado.

Depois do estado de bem-estar social, que derivou do pacto fordista e da reorganização econômica global dos dois pós-guerras (Marazzi, 2009), passamos a viver uma nova versão do “estado de bem-estar” na qual seu agente já não é tendencialmente o Estado, mas as plataformas, que passam a penetrar as estruturas estatais em frangalhos e as fazem suas a partir de uma lógica de endocolonialismo por ativação.

Segundo ela, as políticas públicas deficitárias são recaptadas, intermediadas, reorganizadas, fragmentadas em mercados, capitalizadas e oferecidas aos usuários pelas interfaces digitais de forma mais eficiente do ponto de vista econômico (o que justificaria sua transmissão natural às mãos da governança privada), de modo potencialmente universal e com menores custos de acesso – isto é, condicionada a uma contraprestação financeira dos usuários, seja ela a renda monetária direta, seja o microtrabalho de



operadores logísticos de carne e osso, ou mesmo a renda potencial a ser minerada no amplo processo de extração de dados, que se torna central no contexto de uma economia comportamental.


2. *Componentes* –. A julgar por este cenário, parece que tudo converge para a obsolescência de uma filosofia black bloc. Mas o erro em insistir nessa afirmação está, a meu ver, na suposição de que uma filosofia, qualquer filosofia, tenha de ser *atual*, e feita *à l'air du temps*, para que funcione e seja digna deste nome. Se esta for a condição, jamais encontraremos nenhuma filosofia à altura da vertigem e da aceleração do tempo presente: mesmo os aceleracionismos e os pós-capitalismos teriam chegado tarde demais.

A potência específica de uma filosofia black bloc, assim como o alerta e os possíveis que ela nos acena, derivam precisamente dos traços de inatualidade, e de intempestividade, que nos permitem não resistir ao hoje, mas o que é mais essencial, fazê-lo fugir. Justamente porque o black bloc não pode ser reduzido a uma tática, a um grupo, ou a uma encarnação na história recente dos movimentos sociais no Brasil (Corrêa, 2020).

Assim, aposentemos o preconceito teórico segundo o qual o black bloc constitui um subconjunto social de Junho de 2013 passível de identificar-se com um grupo de jovens subproletários, relativamente politizados, usuários de transportes públicos. Ele é, sob o ponto de vista de uma filosofia própria, um analisador geral do tipo de vetor sociopolítico que esteve em jogo nos levantes, e que podemos reabrir para pensar e, quem sabe, agir sobre o contemporâneo.

Uma filosofia black bloc parte da premissa de que Junho de 2013, e o black bloc, não estão no passado, e não são acessíveis pela via da história, mas pela via dos devires. Sinal de que constituem uma memória para o porvir (Lapoujade, 2010), e suas linhas de fuga podem ser ativadas no campo da ação política, sob condições conjunturais inéditas e singulares, como as do presente.

De 2013 para cá, quase todo o pensamento que se produziu sobre o black bloc, à esquerda e à direita, é um pensamento de Estado que tem por efeito recalcar Junho na memória das práticas radicais, domesticando o evento e anulando seus potenciais transformativos. Isso se prova por uma convergência de fatores: (1) pelas narrativas de continuidade das esquerdas institucionais, em que Junho de 2013 geralmente aparece como o prelúdio para o chamado golpe de 2016; (2) pelas narrativas de descontinuidade



das direitas, em que Junho de 2013 aparece como fator de deslocamento da composição política da sociedade brasileira à direita, explicada como uma simples relação de causa e efeito; (3) pela forma especial como essas narrativas são complementares, e unívocas, em sua aparente oposição diametral (Mendes, 2018).

Compreender e agir de acordo com esses limiares de solidariedade entre os contrários não é uma violação dialética, ou sinônimo de isenção política sob um manto de teoria pós-estruturalista *radical chic*. Fazer funcionar a solidariedade funcional entre os contrários é que constitui uma contribuição concreta para perseverarmos no estado de desolação política e de miséria afetiva em que nos encontramos.

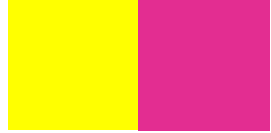
Então, a pergunta a fazer não é sobre a atualidade ou a obsolescência de uma filosofia black bloc. A pergunta efetivamente útil é *como podemos usar uma filosofia black bloc para fazer fugir o hoje? Quais os modos de usar os possíveis?* Que poder ela infunde em nossas práticas correntes de resistência – ou em nossa apatia? Quais componentes presentes nela podemos ou precisamos ativar, especialmente em um momento em que filósofos políticos veem nas medidas sanitárias contra o Covid-19, adotadas em escala planetária, uma ameaça à própria possibilidade de ação política.<sup>1</sup>

Uma filosofia black bloc é um modo de pensamento que procura ser congruente com os perigos e chances das ruas, e que encara toda ação direta como uma ética que envolve os encontros entre corpos – ética que jamais foi tão urgente quanto no período de encontros adiados e de perigos calculados na pandemia de Covid-19. Nela, existem pelo menos quatro componentes que mereceriam nossa atenção: seu anticapitalismo, seu antifascismo, seu transversalismo e seu caráter ético. Passemos por eles um a um, velozmente, para, com sorte, sacar daí alguns *modos de usar os possíveis*.

3. *A filosofia black bloc é um anticapitalismo* –. A componente anticapitalista do *black bloc* está inscrita em sua genealogia. A tática originou-se de movimentos autonomistas (*Autonomen*) de Berlim ocidental, durante a década de 1980, e espalhou-se depois pela Dinamarca, pela Noruega, para ganhar, mais tarde, o terreno global (Dupuis-Déri, 2014). Seus repertórios de ações coletivas são legatários de séries seculares de lutas históricas, políticas e sociais, compartilhadas com múltiplas linhagens do marxismo, do feminismo,

---

1 Nesse particular, talvez interesse confrontar a posição de Agamben (2020) à de Kuryel e Firat (2020) quanto à possibilidade da ação política e a emergência de modos alternativos de manifestação durante a pandemia de Covid-19.




do ambientalismo, do antirracismo e do anarquismo, entre outras. Essas lutas históricas, que na passagem do século XX ao século XXI vão convergir nas manifestações altermundistas ocorridas durante a reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, 1999, compartilham um amplo espectro crítico face ao sistema econômico capitalista.

Por isso, uma das dimensões mais evidentes do black bloc talvez seja a relação entre ações diretas e uma estética anticapitalista, pontuada por performances de destruição de propriedades públicas e privadas como parte das ações diretas, a fim de mobilizar a atenção de mídias corporativas ou sociais e gerar visibilidade estratégica, seja ao redor da violência policial, seja ao redor de pautas utópicas mais amplas.

Ao contrário do que parte da *intelligentsia* brasileira pós-junho afirmou, o black bloc funciona como um contradispositivo espetacular anticapitalista. Se a premissa elementar das sociedades do espetáculo consiste na colonização da integral das relações sociais, e na sua mediação, por imagens, as ações diretas visam, em parte, a produzir um corte na relação entre imagens e relações sociais, avançando o enunciado silencioso e corporal de que *outras partilhas do comum* são possíveis.

Se Marx tinha razão em afirmar que o capitalismo, muito antes de ser uma estrutura econômica de produção, deveria ser pensado como um conjunto de relações sociais, é precisamente a estabilidade destas relações, e de suas representações pacificadoras, que as ações do *black bloc* visam a perturbar. O uso estratégico das infraestruturas midiáticas, cognitivas e sensíveis predispostas pelo próprio capitalismo, não sinaliza qualquer solidariedade, senão tática e medial, com elas. As ações diretas exprimem uma potência de abertura e variação das relações sociais mesmas por meio da contestação da relação social de tipo capitalística e dos usos subvertidos da sua função de imagem.

Desse modo, as ações diretas de destruição do capital privado e público não apenas fazem uma “denúncia vazia” das formas de vida e socialidade moduladas pelo modo de produção vigente, ou mesmo das relações promiscuamente monótonas entre capital e Estado – segundo as quais a política se resume à determinação otimizada dos níveis de intervenção do Estado na economia, seja para não impedi-la, seja para fazê-la funcionar. As ações diretas visam ao coração daquilo que torna um sistema econômico qualquer possível: o modelo de subjetividade secretado pelo capital, o automatismo das relações sociais que corresponde à sua economia política libidinal e a trama complexa de poder



que o circunscrevem, com seus suportes materiais, biofisiológicos (os corpos) e semióticos.

Não estamos, pois, entre black blocs, nada distantes do “hoje”. O automatismo relacional contestado pelo “por dentro e contra” do black bloc é o automatismo programado por dispositivos de repressão e soberania; lapidado por estratégias disciplinares que atingem o mais fino grão dos corpos indóceis; que é gerido como efeito de massas, segundo técnicas de biopoder aplicadas às populações, extraído, modulado e governado por algoritmos no seio da economia digital do comportamentos, cujo terreno de acumulação é, hoje, a circulação mesma dos corpos, a “moeda viva” (Cava; Cocco, 2020).

As ações diretas não promovem um criminoso elogio da violência, como certas “sensibilidades arendtianas” gostariam de supor. Antes, montam máquinas práticas de enunciação coletiva em que ação e discurso, rompidos pela colonização representativa da esfera política formal, voltam a coincidir radicalmente como expressão unívoca de corpos que se recusam a alienar sua potência política na forma do que La Boétie (1982) chamou de o *Um* – a unidade homogenizadora do Estado, que é a faceta pública do capital.

5. *A filosofia black bloc é um antifascismo* --. A segunda componente de uma filosofia black bloc é o seu antifascismo, isto é, sua integração a um conjunto de lutas, práticas, estratégias e táticas antagonistas à estabilização hegemônica de tendências fascistas que percorrem globalmente a política contemporânea.

Não se trata apenas de antagonizar com figurões investidos de mandatos públicos, como Trump, nos Estados Unidos, ou Bolsonaro, no Brasil, mas de combater no terreno do campo social a proliferação dos fascismos em um nível micropolítico e cotidiano, compreendendo a ascensão das extremas direitas, imaginadas como “alternativas” e “antissistemas”, tanto como efeito de composição política de microfascismos, que passam a circular livremente no campo social, quanto como os efeitos semióticos de reforço psicopolítico que essas vitórias eleitorais importam. Combater o fascismo é impedir que seus valores se transformem em *palavras de ordem*, que sua política produza um corte significativo no funcionamento do desejo coletivo.

Trata-se, então, de buscar nas divergências e capturas do próprio desejo, e dos processos de subjetivação agenciados no campo social, as fontes para que novos autoritarismos, com tendências fascistas 4.0, pudessem se estabelecer em larga escala,




evitando contentar-se com explicações por cima. Trata-se de pensar a ação direta como purga e como clínica de um campo social acumulado de corpúsculos cancerosos, cujas forças de empuxo, globalizadas e semioticamente difusas, são qualidades derivadas dos fascismos históricos, embora não se confundam com eles.

Entre elas, a perseguição sistemática, criminalizadora e violenta a opositores políticos (chamados de comunistas, subversivos, vermelhos, socialistas, radicais, extremos etc.); a modulação etnocêntrica e nacionalista das classes trabalhadoras, em nova e paradoxal aliança com as elites, e com as esferas supostamente antissistêmicas de representação; a militarização e a securitização da vida em geral (inclusive como estética e território existencial); a defesa nem sempre discreta dos valores do supremacismo branco; a adoção do racismo de Estado como reforçador do racismo estrutural, difundido como política criminal e como política para rarefazer o igual acesso a oportunidades, à cidadania e à proteção social; a misoginia e a homofobia transformadas em políticas de Estado, que se não passam a legislar abertamente contra mulheres (como recentemente ocorreu na Polônia) e homossexuais, chancelam silenciosamente vastos conjuntos de opressões estruturais sob o pretexto da igualdade formal; as opções sanitárias eugenistas que foram adotadas pelos governos de Brasil, Estados Unidos, Belarus, Hungria, Turquia e Filipinas em relação à pandemia de Covid-19, por exemplo, com suas repercussões em protestos antimáscaras, que se espalharam por diversos países da Europa e pelos Estados Unidos etc.

As relações entre *black bloc* e o antifascismo ultrapassam as afinidades táticas. Elas convergem ao redor de uma sensibilidade política compartilhada que envolve o antiautoritarismo, o antiestatismo, e que são capazes de compreender as dimensões do público e do estatal, colonizadas pela economia de mercado, como extensões do capital e de seus vetores políticos.

Trata-se de levar a sério a prescrição de *Introdução a uma vida não-fascista*, em que Foucault dizia: “não caia de amores pelo poder”. O *black bloc* e os antifas, em suas múltiplas extrações, genealogias e lutas, procuram produzir não apenas uma contínua destruição do poder, mas mais essencialmente de toda paixão por ele. Seu efeito é o de restituir a cada corpo o seu poder, como condição com a qual dar início a outros mundos possíveis. E isso passa por desviar o desejo de seus cursos fascistas, operando no campo



social uma clínica afetiva e instaurando uma série de alianças estratégicas provisórias, mas politicamente convergentes.

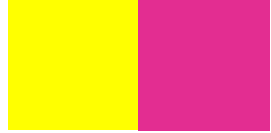
6. *A filosofia black bloc é um transversalismo* --. Quando digo que a filosofia black bloc é um transversalismo, me refiro ao conceito de transversalidade elaborado pelo filósofo, psicanalista e militante Félix Guattari. Ainda que mais tarde este conceito venha a ser substituído pelo de agenciamento, no trabalho ao lado de Deleuze (Genosko, 2002, p. 10), a noção de transversalidade representou um dos elementos centrais de sua teoria dos grupos. No entanto, sua noção de grupo nada tem a ver com um sociologismo parcamente positivista dos fatos sociais.

Ela parece ser, com maior razão, o resultado da confluência de três grandes vetores do pensamento-ação de Guattari, já em meado da década de 1960: (1) sua crítica à psicanálise; (2) sua militância política; (3) uma analítica do campo social, que com Deleuze se desenvolverá com outros nomes, como esquizoanálise, micropolítica ou análise segmentar. Isso fazia com que Guattari oferecesse muito mais do que conceitos capazes de causar uma reversão na teoria dos movimentos sociais; tratava-se de elaborar uma genuína *teoria do social em movimento*.

É em uma série de textos publicados em *Psicanálise e transversalidade* (1974) que Guattari sela o destino comum das noções de transversalidade e de grupo, muitas vezes mediado pela tensão constitutiva entre duas tendências: a tendência do grupo para ser sujeito e a tendência do grupo para ser sujeitado, ou objeto. O que definia o predomínio sempre provisório e reversível de uma dessas tendências era o que Guattari chamava de *coeficientes de transversalidade*.

Mas o que é um grupo? Segundo Guattari, um grupo não deveria ser definido como um conjunto de indivíduos, ou de pessoas; nem mesmo deveria ser tomado como o suporte de um seu porta-voz qualquer. Na teoria dos grupos de Guattari, tudo se passa exatamente como no black bloc, que tampouco deve ser definido como um grupo, e sim como uma encarnação incerta, móvel, variável e temporária que é mais da ordem de um acontecimento, de um *happening*, do que de um grupo estável, composto de partes identificáveis e recursivas, ou mesmo pessoas e identidades, formadas em torno de sistemas de ressonâncias.

Um grupo é, antes, “um projeto que se apoia em uma totalização provisória e que produz uma verdade no próprio desenrolar da sua ação” (Guattari, 2004, p. 211). Isto é,




mesmo que chamemos “grupo” a uma associação de pessoas, estas não serão mais do que os representantes de uma linha de subjetividade, de um projeto de ação coletivo, que gera seus próprios enunciados, significados, palavras de ordem, ao produzir significantes, isto é, ao agir.

Obviamente, Guattari não está descrevendo as ações diretas, ou a tática black bloc, mas não deixa de impressionar o quanto sua definição de grupo nos conduz a uma componente de subjetividade que ultrapassa a pretensa objetividade sociológica dos fatos sociais. Trata-se, antes, de perceber os grupos como nós formados por redes de circulação de subjetividades. E então estes nós poderiam entrar em um devir, transformar-se, afetar-se por componentes exteriores, ou fechar-se sobre si mesmos sob a forma de uma identidade obcecada.

Esse foco ou linha de subjetividade se manifesta através de duas tendências: ora como grupo sujeito, ora como grupo sujeitado (objeto), sem que nenhuma delas constitua uma natureza estanque, uma qualidade ontológica de grupo. Trata-se, antes, de duas tendências que manifestam fantasmaticamente o desejo de grupo que o arrasta como projeto e como conjunto de ações que formalizam enunciados. Nesse sentido, a transversalidade é “o lugar do sujeito inconsciente de grupo” (Guattari, 2004, p. 116), isto é, uma linha de subjetividade que excede as leis manifestas de seu próprio desejo – uma dimensão que só se instaura na medida em que um grupo assume o sentido de sua práxis, na qualidade de grupo sujeito.

Distingamos grupos sujeitos e grupos sujeitados. Resumidamente, os grupos sujeitados são aqueles que recebem sua lei do exterior; trata-se de grupos que tendem a voltar-se para si mesmos, como um mecanismo defensivo contra a produção de não-sentido pelo próprio grupo. Ao temer sua desapareição, sua morte, ou a transformação de seu desejo, um grupo sujeitado esmaga os possíveis por meio da imposição de um código rígido e de uma identidade pré-formada, que cristaliza distinções entre “nós” e “eles”. Nas palavras de Guattari, “Trata-se de um sindicato de defesa mútua, um lobby contra a solidão, contra tudo o que poderia ter a marca de um caráter transcendental” (Guattari, 2004, p. 76).

Por outro lado, o que caracteriza os grupos sujeitos é permanecerem essencialmente abertos a outros grupos, serem atravessados por lutas internas, divisões, tensões dilacerantes – o que coloca um grupo sujeito em uma relação direta com sua morte, sua



finitude e sua mutação. Grupos sujeitos não dispõem, portanto, dos mesmos recursos tranquilizadores dos grupos sujeitados, que permitem discernir um “eu” em meio aos efeitos de não-sentido secretados pela práxis. No entanto, seus atos são revolucionários porque sua ação não se encontra limitada pela representação dos próprios significados, geridos internamente pelo grupo. Para eles, agir consiste em ultrapassar o conjunto de significados que os define; *o essencial está em fazer, não em dizer*; em gerar significantes, produzir a instituição, alterar o curso material da própria História por meio da ação.

Os grupos sujeitos apenas são capazes de ações significantes na medida em que o destino de um grupo é morrer, desaparecer, ruir, despedaçar-se, transformar-se, torna-se outra coisa. Isso porque cada grupo constitui-se em função de um problema, de uma situação específica, e dos usuários que ela circunscreve. Apenas os grupos sujeitos pretendem durar eternamente, dando continuidade a um processo coletivo de obsessão.

Eis o que caracteriza, segundo Guattari, a *transversalidade*. Contra a falsa dicotomia entre as organizações verticais e horizontais, Guattari (2004, p. 111) pretende superá-la com a ideia de transversalidade: uma noção que forma com elas uma *tangente louca*, um princípio de conexão descontínua e heterogênea que as corta em diagonal, e ao fazê-lo, escapa a toda alternativa totalizante, fundada sobre um tipo de legitimidade anistórica.

Tendo por premissa a aceitação da transitoriedade da sua existência, um grupo percorre o campo social como um foco atrativo de subjetividade (mais ou menos maleável, mais ou menos transformável), definindo e confrontando problemas específicos, deixando-se atravessar em maior ou menor grau por outros focos de subjetividades estrangeiras, segundo o seus coeficientes de transversalidade, que definem a capacidade de um grupo de se deixar afetar e transformar por outros, e ligando seu projeto transitoriamente à consistência de um desejo social que excede seu fantasma de grupo.

Apenas nesse sentido, estritamente guattariano, poderíamos dizer que o black bloc é um grupo. É uma experiência de subjetivação coletiva, de ação plural, em que a tática é uma condição de possibilidade de instaurar alianças que se prevalecem de um alto coeficiente de transversalidade. Essa é a razão pela qual algumas das táticas black bloc puderam ser recentemente empregadas nos protestos globais deflagrados pelo assassinato policial cometido contra *George Floyd* pelo *Black Lives Matter*.


Guattari insistia que, ao contrário dos grupos que encarnavam tendências sujeitadas, os grupos sujeitos só geravam um conjunto de significados, enunciados coletivos que comunicavam uma verdade, ou palavras de ordem, na medida em que os predispunham pela ação. Sinal de que o que os grupos sujeitos produzem não são identidades, ou lugares de fala, mas significantes derivados da ação. Isto é, instauram a componente material dos signos como *uma instalação no real*, criando significações apenas em segundo grau. Para eles, o dizer decorre do agir, exatamente como nas ações diretas, a partir da produção plural de não-sentido no coração do próprio grupo sujeito – condição para que um grupo seja tomado em linhas de fuga e em funções de realidade que o excedem. Essa é a marca de sua abertura radical, de seu transversalismo, de sua posição transcendental de inconsciente de grupo.

Não há, para o black bloc, como para os grupos sujeitos, nenhuma causa formal externa ao próprio agir – seja ela o horizontalismo ou a auto-organização; o essencial é constituir um *hub* de conexão com a justiça das lutas e sua dimensão problemática, específica e atual. O black bloc é uma tática e, ao mesmo tempo, uma filosofia dos corpos misturados; uma potência de agenciamento coletivo em que as palavras, como para os grupos sujeitos, decorrem da ação sobre as coisas.

7. *A filosofia black bloc é uma ética* –. Por fim, se tomarmos a palavra em um sentido estritamente espinosano, o black bloc é uma ética. Se a ética se define como a procura incessante dos corpos por encontros que componham com sua natureza, que aumentem sua potência para agir e para compreender o real e, de consequência, possam maximizar seus afetos positivos, teremos reencontrado na tática black bloc uma relação imponderável entre ação política e uma ética dos corpos.

A alegria? – *prova dos nove* da ação política. Onde quer que encontremos militantes tristes, dedos em riste, rebanhos bem guardados por líderes pastorais, encontraremos o potencial das contracondutas e da linguagem revolucionária submetidos a um código moral, a uma identidade de grupo com baixo potencial de conectar-se na transversal de si mesma. Encontraremos uma força separada daquilo que ela pode.

A afirmação de que o black bloc é uma ética faz convergir em um só ponto as três componentes que destacamos acima. Seu anticapitalismo questiona a relação social, a natureza dos investimentos libidinais no capital-dinheiro e as formas de vida para o



mercado que ele secreta. Seu antifascismo é ao mesmo tempo um combate exterior e uma ascese (uma ética consigo) que exige “vigiar inclusive em nós mesmos o fascista, e também o suicida e o demente” (Deleuze; Guattari, 2008, p. 29), exprimindo um antiautoritarismo radical e um compromisso clínico com o exercício de uma liberdade não-mediada do desejo.

Esses dois trabalhos negativos, essas duas recusas que estilhaçam de uma só vez as relações entre capital e Estado, promovem efeitos positivos. Elas restituem ao corpo social a sua potência, misticamente alienada na forma do Um, na constituição da autoridade e da sua economia política. A operação da recusa é clastreana, e assume a forma da sociedade contra o Estado, que busca reconfigurar uma relação indivisa entre uma sociedade e seu poder (Clastres, 2003).

Mas essa retomada gera um segundo encontro, nem sempre alegre. É comum que as polícias, que Foucault (2008) certa vez definira como “o golpe de estado permanente”, reajam de forma repressiva contra essa acumulação primitiva de capital político no corpo social. Os episódios de violência policial em manifestações são, salvo raras vezes, frutos de dispositivos de retomada do poder social pela autoridade, reconstituindo o Leviatã – o corpo do soberano acumulado de milhões de pequenos corpos sob a forma do Um. Este é precisamente o sentido de um poder efetivamente social alienado na forma transcendente da autoridade.


As reações policiais violentas desencadeiam uma nova dimensão do black bloc como ética: deflagram uma série de táticas de ação direta cujo propósito é atrair a atenção das forças de ordem para membros mais preparados para lidar com o confronto campal, liberando vias de fuga para a multidão nas ruas. O black bloc é, pois, uma ética também neste sentido, quando funciona como uma tática de autodefesa multitudinária. Se as multidões de manifestantes mundo afora geralmente não podem contar com o policiamento dos protestos para assegurar sua integridade física – já que tais polícias são, quase sempre, os autores das agressões supostamente legais ou legítimas, empregando geralmente o armamento de baixa letalidade –, o black bloc forma um grupo provisório, preparado para facilitar a autodefesa das multidões e viabilizar a sua dispersão, evitando um contato prolongado e potencialmente destrutivo entre os corpos policiais e os multitudinários.

O transversalismo do black bloc funciona também como uma ética. O black bloc é uma mediação interna ao corpo social, a encarnação de uma linha de subjetividade em movimento, ao qual novas linhas de subjetividade em movimento podem ser provisoriamente acrescentadas. Nesse sentido, o coeficiente de transversalidade do black bloc, isto é, a capacidade tanto para se autodeterminar sem um eu quanto para conectar-se com o desejo de grupo encarnado em diferentes acontecimentos, permite ao black bloc funcionar como um dispositivo que opera uma ecologia de relações de insurgência política.

As diversas versões do black bloc, de *Seattle* a nossos dias, testemunham bem como o black bloc mimetiza e se integra facilmente a pautas que rigorosamente não lhe pertencem, mas que estão associadas a uma sensibilidade compartilhada pelos adeptos da tática – como lutas relacionadas a pautas anticapitalistas e antifascistas, feministas, anti-homofobia e antirracistas, que se espriam pela micropolítica do cotidiano e das relações sociais.

A estrutura de grupo de afinidade (Dupuis-Déri, 2014, p. 59) permite entender como o black bloc pode mutacionar ao ser atravessado por uma diversidade de pautas e de táticas que vêm de fora, como os *red blocs* (comunistas), os *white blocs* (*Tute biache* italianos, defensores da não-violência ofensiva), os *pink blocs* (movimentos LGBTQI+), os *carnival blocs* (em que se misturam manifestação política e cultural) ou mesmo os *book blocs* (linha defensiva formada por estudantes na Itália, na Grã-Bretanha e na Califórnia, que usava escudos na forma de capas de livros). Na greve dos professores do Rio de Janeiro, em pleno 2013, vimos surgir, em arremedo à Tropa de Choque da polícia do Estado, a *tropa de profs*, composta por professores em greve com capacetes, máscaras e cartolinas simulando escudos. O black bloc é uma linha de subjetivação política do campo social em variação contínua.

O que essa diversidade tática e esse imenso potencial de conexão e heterogênesse de grupo testemunham? Que o black bloc é, como dizem seus adeptos, uma tática. Mas é também uma antiontologia do ser social que lhe devolve a sua política; uma linha transversal que exprime os inconscientes de grupo; uma força de associação ecopolítica que, em vez de “comer os outros grupos” numa luta narcisista de legitimidade, os estimulam a se multiplicarem ao infinito e a se dispersarem por toda a trama do tecido social, por todos os níveis da vida, por todas as camadas das instituições. Este era



precisamente o sonho de Félix Guattari (2004, p. 365), o ponto de avance de sua teoria dos grupos, que se desenvolvia como uma filosofia da subjetividade revolucionária, de sua economia política libidinal.

Jamais grupos de identidade fixa, mas *unidades de subversão desejante*, tesas em seu interior e incessantemente confrontadas com seu fora, com sua finitude, com sua morte e com sua transformação. Não apenas grupúsculos que pudessem multiplicar-se a ponto de tomar o lugar das instituições da burguesia, mas grupos que sejam capazes de pôr em ação estratégias para subverter os modelos de subjetividade secretados pelo capitalismo.

Que sejam como a própria fábrica social e descontínua desta subversão. Para isso, precisaríamos de grupos de usuários; isto é, de “Grupúsculos que não temessem organizar-se, além de para seus objetivos de luta revolucionária, para a sobrevivência material e moral de cada um de seus membros e de todos os desamparados que os cercam... Teríamos, então, é claro, a anarquia!” (Guattari, 2004, p. 365).

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. Fase 2. **Quodlibet**. 20 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-fase-2>>. Acesso em: 09.nov. 2020.

B3 – Brasil, Bolsa, Balcão. **Histórico de Pessoas Físicas**. Posição de Outubro de 2020. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/historico-pessoas-fisicas/](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/servicos-de-dados/market-data/consultas/mercado-a-vista/historico-pessoas-fisicas/)>; Acesso em: 09.nov.2020.

CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **A vida da moeda**: crédito, imagens, confiança. Rio de Janeiro: Mauadx, 2020.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

CORRÊA, Murilo Duarte Costa. **Filosofia black bloc**. Rio de Janeiro/São Paulo: Circuito/Hedra, 2020.

CRARY, Jonathan. **24/7**: capitalismo tardio e os fins do sono. São Paulo: Ubu Editora, 2016.



DELEUZE, GUATTARI. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 3. São Paulo: Editora 34, 2008.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GENOSKO, Gary. **Félix Guattari: an aberrant introduction**. London: Continuum, 2002.

GUATTARRI, Félix; NEGRI, Antonio. **As verdades nômades: por novos espaços de liberdade**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

\_\_\_\_\_. **Psicanálise e transversalidade: ensaios de análises institucional**. Aparecida: Ideias e letras, 2004.

HASKEL, Jonathan; WESTLAKE, Stian. **Capitalism without capital: the rise of the intangible economy**. Oxford: Princeton University Press, 2018.

KURYEL, Ailyn; FIRAT, Begüm Özden. Remembering the crowd: collective action during the pandemic. **Prospections**. 08 de julho de 2020. Disponível em: <[https://www.bakonline.org/prospections/remembering-the-crowd-collective-action-during-the-pandemic/#\\_ftn15](https://www.bakonline.org/prospections/remembering-the-crowd-collective-action-during-the-pandemic/#_ftn15)>. Acesso em 09.nov.2020.

LA BOÉTIE, Etienne. **Discurso da servidão voluntária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LAPOUJADE, David. **Puissances du temps: versions de Bergson**. Paris: Les Éditions de Minuit, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. **Potencias de la invención: la psicología económica de Gabriel Tarde contra la economía política**. Buenos Aires: Cactus Editorial, 2018.

MARAZZI, Christian. **O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MENDES, Alexandre. **Vertigens de junho: os levantes de 2013 e a insistência de uma nova percepção**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

MOROZOV, Eugeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

\_\_\_\_\_; BRIA, Francesca. **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. London: Polity Press, 2017.